
COMUNICAÇÕES SOBRE PESQUISAS

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO DE PRÁTICA DE ENSINO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA DA UFRN

Antonio Pinheiro de Araújo

Da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1 – OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

Este estudo foi realizado com a finalidade de oferecer à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e outras instituições de formação de professores, elementos básicos para o planejamento educacional, no que se refere à formação e atualização do professor de Matemática. De forma específica, pretendeu-se avaliar o estágio de Prática de Ensino do Curso de Licenciatura Plena em Matemática da UFRN, a partir da percepção dos seus egressos.

Tratando-se de um estudo que pretende avaliar a partir de opiniões, a população-alvo foi constituída por todos os egressos do Curso de Licenciatura Plena em Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Tomou-se uma amostra intencional de 62 (sessenta e dois sujeitos), uma vez que todos haviam iniciado o curso no período de vigência da Reforma Universitária.

Especificamente, tentou-se verificar:

- a) As características dos sujeitos, componentes do estudo.
- b) Se a carga horária das atividades do Estágio de

Prática de Ensino foi suficiente e dividida adequadamente.

c) Se o Estágio de Prática de Ensino proporcionou a aquisição de habilidades técnico-profissionais para a prática de ensino da Matemática.

O instrumento foi composto de quatro partes:

A primeira constituiu-se de uma carta explicativa, salientando os objetivos do estudo e a importância de respostas efetivamente correspondentes à percepção do sujeito.

A segunda parte constou de instruções gerais, a respeito da forma de preenchimento.

A terceira parte referiu-se aos dados de caracterização do sujeito, tais como: idade, estado civil, sexo, local de residência, local de nascimento, experiência no magistério, salário mensal e outros.

A quarta parte constituiu-se de uma escala do tipo Likert, com 22 (vinte e duas) questões referentes ao Estágio de Prática de Ensino. Cada item previa cinco opções que correspondiam a um escore de 1 (um) a 5 (cinco) pontos.

Após toda a sistemática de elaboração e testagem quanto à validade e fidedignidade, do instrumento, procedeu-se à coleta de dados pelo próprio pesquisador.

2 – RESULTADOS

Os resultados do estudo estão expressos através de distribuição de freqüência simples e percentuais.

Os itens relativos às variáveis Estágio de Prática de Ensino e Carga Horária do Estágio foram agrupados em respostas concordantes, discordantes e sem opinião. Considerando que as frequências concordantes foram mais significativas deixa-se de fazer referências às respostas discordantes e sem opinião.

No que diz respeito às características dos sujeitos, os resultados permitem concluir que na sua maioria, os respondentes: 1) eram do sexo masculino; 2) predominavam os solteiros; 3) situavam-se na faixa etária de 30 a 35 anos; 4) eram naturais do Estado do Rio Grande do Norte; 5) residiam em Natal; 6) pertenciam a famílias de classe sócio-econômica média; 7) tinham experiência no ensino de 1º e 2º graus antes de concluir o curso; 8) desenvolviam as atividades de ensino em regime de 40 horas semanais nos três turnos; 9) concentravam suas atividades de ensino no 1º e 2º graus; 10) permaneciam no magistério desde a conclusão do curso.

A propósito, vale salientar que 23,0% dos sujeitos completava sua carga horária em outras atividades que incluíam funções de direção de escola, coordenação, serviços técnicos e outros. Verificando-se a permanência dos sujeitos no magistério, os resultados revelam que 76,5% continuavam atuando, sendo que 23,5% abandonou a docência para assumir outras ocupações. O maior índice de evasão fluiu para a área de engenharia, e para o emprego público federal, com percentuais de 33,3%, para ambas as áreas.

No que diz respeito a carga horária do Estágio de Prática de Ensino, de um modo geral os sujeitos atribuíram um *padrão insatisfatório*. Tal resultado sugere um aumento da carga horária do estágio. A decisão a respeito do aumento da carga horária implica em reestudo global de todas as disciplinas do quadro curricular do curso. Implica ainda em verificar se o problema existente é, na realidade, decorrente de déficit de carga horária ou aproveitamento inadequado do tempo disponível. (Tabela 1).

No que se refere às atividades do Estágio de Prática de Ensino, propriamente dito, também de um modo geral os sujeitos atribuíram um *padrão insatisfatório*.

À participação do aluno nas atividades preparatórias do estágio foi atribuído *nível satisfatório*, embora houvesse restrições quanto ao seu envolvimento na programação e avaliação do estágio e na possibilidade de conhecer a estrutura técnico-administrativa do local do estágio.

À fase de execução do estágio de Prática de Ensino foi atribuído *nível satisfatório*, embora houvesse restrições quanto ao seu envolvimento na programação e avaliação do estágio e na possibilidade de conhecer a estrutura técnico-administrativa do local do estágio.

À fase de execução do estágio de Prática de Ensino foi atribuído *nível satisfatório*, destacando-se como *plenamente satisfatório* a elaboração de planos de aula e o exercício da docência.

O acompanhamento e avaliação do estágio parece ter sido realizado predominantemente, através da observação de suas aulas e análise de seus relatórios.

No que se refere a pessoas que realizaram o acompanhamento do estágio, parece possível supor que a participação do coordenador do estágio tem sido *insatisfatória*.

À adequação entre os conteúdos trabalhados e os recursos didáticos com que teve contato durante o curso, e as necessidades decorrentes da prática de ensino, foi atribuído *nível insatisfatório*.

Ao relacionamento do estágio com o corpo docente e técnico-administrativo do local do estágio, foi atribuído *nível satisfatório*.

A essas conclusões parecem corresponder algumas implicações:

À participação do aluno-mestre na programação e avaliação do estágio foi atribuído *nível insatisfatório*.

Levando em consideração o ponto de vista de Freire (1975) para que a fase execução de qualquer atividade se realize em nível desejado, imprescindível se faz o envolvimento do executor na etapa de programação. Isto significa que, à medida que o sujeito participa de delineamento das ações, ele projeta seus interesses, expectativas e necessidades e, desta forma, os objetivos a serem alcançados são assumidos como seus.

No que se refere à verificação dos resultados do estágio, a participação dos alunos-mestres poderá oferecer subsídios aos replanejamento, tendo em vista aperfeiçoar o processo. Assim, optar pelo planejamento coope-

TABELA 1

PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO A CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

Nº	Itens	Concordância		Discordância		Sem Opinião	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1.	A carga horária para o desenvolvimento das atividades do estágio, foi distribuída proporcionalmente e/ou adequadamente.	25	48,1	21	40,4	6	11,5
2.	A carga horária do estágio foi suficiente para adquirir a devida prática de ensino.	12	25,0	31	59,6	8	15,4

TABELA 2

PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO AO ESTÁGIO DE PRÁTICA DE ENSINO

Nº	Itens	Concordância		Discordância		Sem Opinião	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1.	O estágio proporcionou atividades de:						
1.1	Pesquisa no ensino da Matemática.	10	19,2	37	71,2	5	9,5
1.2	Ministração de aulas.	50	96,2	—	—	2	3,8
1.3	Observação de aulas.	34	65,4	14	26,9	4	7,7
1.4	Análise de planos de ensino dos professores do local de estágio.	22	42,3	23	44,3	8	15,4
1.5	Elaboração de planos de curso.	33	63,5	17	32,7	2	3,8
1.6	Elaboração de planos de unidade.	38	73,1	12	23,1	2	3,8
1.7	Elaboração de planos de aula.	41	78,8	8	15,4	3	5,8
1.8	Elaboração de material didático para o ensino da Matemática no 1º grau.	14	26,9	27	51,9	11	21,2
1.9	Conhecimento da organização administrativo-didático do local do estágio.	15	28,8	30	57,7	7	13,5
2.	O estágio proporcionou participação nas reuniões de programação e avaliação com o professor-coordenador e professor supervisor.	14	26,9	29	55,8	9	17,3
3.	O estágio proporcionou condições para aplicação de métodos e técnicas de ensino da Matemática — individual e de grupo.	29	55,8	19	36,5	4	7,7
4.	O acompanhamento (supervisão) durante o estágio, foi feito:						
4.1	Pelo professor coordenador.	23	44,2	24	46,3	5	9,5
4.2	Por um professor e/ou coordenador do local do estágio.	41	78,9	9	17,3	2	3,8
4.3	Por uma equipe constituída de elementos da Universidade, da SEC e do local do estágio.	6	11,5	44	84,7	2	3,8
5.	O estágio foi avaliado através de:						
5.1	Relatório do estagiário.	33	63,4	16	30,8	3	5,8
5.2	Observações dos professores supervisores.	37	71,2	10	19,2	5	9,6
5.3	Observações do coordenador do estágio.	20	38,5	25	48,1	7	13,4
6.	O estágio proporcionou satisfação e segurança para o desempenho do ensino da Matemática no 1º e 2º graus.	22	42,3	25	48,2	5	9,5
7.	A relação e/ou integração entre os estudos teóricos e o estágio foi suficiente.	15	28,8	28	53,9	9	17,3
8.	A relação e/ou integração entre os estudos teóricos e o estágio foi adequado.	20	38,5	24	46,2	8	15,3

rativo do estágio poderá redundar na melhoria dos resultados do mesmo, entretanto, traz, para a agência formadora, algumas implicações: a primeira poderia decorrer da necessidade de considerar interesse ou sugestões possivelmente diversificados e que demandem reestruturação da própria dinâmica do processo.

Importa ainda em trabalho de base, de preparação dos alunos para que sua participação seja adequada aos objetivos da atividade, evitando-se, assim, o desinteresse ou omissão por parte do estagiário ou ainda eventuais conflitos determinados pelo não atendimento a alguma proposição.

A participação direta do coordenador do estágio, sobretudo no que se refere à observação às aulas, foi outro indicador comprovado como *insatisfatório*.

Do ponto de vista do Parecer 4.873/75-CFE, a posição do professor-coordenador do estágio está presente em todas as etapas deste.

A decisão sobre o envolvimento deste, parece conter implicações de ordem diversa.

De um lado, aspectos referentes ao tempo disponível para o desempenho, a contento, das tarefas inerentes à função. Assim, dependendo do número de estagiários a coordenar, uma decisão dessa natureza poderia implicar em oferecer, ao coordenador, condições de dedicação exclusiva, o que, por sua vez, poderia determinar a necessidade de redistribuir, entre outros professores, as tarefas anteriormente desenvolvidas pelo coordenador.

No que diz respeito à observação da prática de ensino propriamente dita, supõe-se que a necessária organicidade entre a programação da coordenação do estágio e a programação das escolas, de forma a oportunizar a visita e a participação do coordenador nas atividades docentes do estagiário.

Quanto ao acompanhamento do estágio, os resultados mostraram ainda *nível insatisfatório* quanto a ele-

mentos da Universidade, SEC e local do estágio.

Este fato parece comprovar o pensamento de Albuquerque (1975), que alerta para a desarticulação entre Universidade e o Sistema Estadual de Ensino.

Considerando que a Universidade prepara recursos humanos para atuar no Sistema Estadual de Ensino, tem-se, como pré-requisito, a integração entre a agência formadora e as necessidades dos sistemas, não só em termos de quantidade, mas especialmente, de qualidade de recursos humanos.

Os pressupostos referidos parecem implicar na necessidade de planejar de forma cooperativa não só o acompanhamento do estágio, como também todo o processo de formação de docentes.

Tal decisão poderá conter implicações de ordem administrativa, requerendo a definição de competência, por níveis ou setores envolvidos, além na transposição de obstáculos determinados pela falta do hábito de trabalho cooperativo. Planejamento integrado parece implicar, antes de mais nada, na abertura para perseguir objetivos comuns, na conscientização da importância e da viabilidade do alcance de tais propósitos e na suposição de individualismos e de qualquer espírito competitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. O papel da Universidade na formação do professor. *Educação*, Brasília, Alvorada (24): 76-81, abr./set. 1975.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 218 p.
- BRASIL, leis, decretos, pareceres, etc. Parecer 4873/75 Conselho Federal de Educação, fixa a formação pedagógica das licenciaturas. *Documenta*, Brasília, (181): 212-28, dez. 1985.

Endereço para contato:
Antonio Pinheiro de Araújo
Caixa Postal, 1567 – Campus
59072 – Natal – RN